

ALTERAÇÃO NO SISTEMA DE CORTE DE CANA, DE 5 PARA 7 RUAS: IMPLICAÇÕES PARA PRODUTORES E TRABALHADORES

José Jorge Gebara*
José Giacomo Baccarin*

1 — INTRODUÇÃO

A colheita de cana é realizada, em sua maior parte, manualmente, com a utilização de trabalhadores volantes ou "bóias-frias". Até a safra de 1982 cada trabalhador ficava responsável pelo corte de uma faixa de 5 ruas de cana, tendo que amontoar a produto em uma leira contínua na terceira rua, para posterior carregamento mecânico. Na safra de 1983, os plantadores de cana, principalmente na usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto, Jaboticabal e Araraquara, resolveram modificar tal sistema de corte. Instituíram então o chamado corte de 7 ruas, ou seja, cada trabalhador passou a ter que cortar 2 linhas de cana a mais em cada "eito" começado, tendo que depositar a cana na quarta rua, não mais em leira contínua, mas em "bandeiras" ou pequenos montes que se distanciam de 2 a 2,5m. Desta maneira, o trabalhador teve a largura de seu "eito" aumentada de 6 para 9 m (considerando-se o espaçamento de 1,5 m entre ruas), além de ser mais exigido na deposição do produto na rua central.

Essa inovação no sistema de corte de cana, como se verá adiante, traz vantagens evidentes para os produtores, tanto a nível de processamento industrial como a produção agrícola em si. Entretanto, não se pode esquecer as implicações que esta medida acarreta ao trabalhador, especialmente no que se refere ao seu rendimento e por consequência à sua diária.

* Docentes do Departamento de Economia Rural da FCAV/UNESP — Jaboticabal (SP).

2 — AS VANTAGENS PARA OS PRODUTORES

A produção de cana é realizada pelas próprias usinas, bem como por fornecedores autônomos. Na região de Ribeirão Preto existem 18 usinas, das quais partiu a iniciativa conjunta (garantindo um poder de pressão considerável) para que se alterasse a maneira de se colher o produto. Além de tomar a iniciativa, as usinas organizaram uma campanha para que seus fornecedores também adotassem a nova sistemática.

Os objetivos da medida podem ser clasificados em dois grandes grupos: os que beneficiam a lavoura propriamente dita e os que melhoram o processamento industrial da cana.

No primeiro caso, vamos supor que se tenha um talhão de cana com 105 m de largura (para facilidade dos cálculos). Pelo sistema antigo as leiras de cana estariam distanciadas de 7,5 em 7,5 m, fazendo com que a carregadeira mecânica e o caminhão receptor passassem 14 vezes pelo talhão. Com as 7 ruas, a distância entre leiras aumenta para 10,5 m e as passagens da máquina se reduzem para 10 vezes, ou seja, menos 28,6%. Unido a isto, deve-se considerar que o trabalhador deixa a cana amontoada em "bandeiras", dispensando a máquina desse serviço. Dessa forma, estima-se uma redução nos gastos com combustível de cerca de 40% na operação de carregamento mecânico.

Além disso, a menor passagem de máquinas representa menor compactação do solo e menor destruição de soqueiras, aumentando a produção/área da cultura. Também a não-necessidade de amontoamento mecânico do produto colhido significa menor revolvimento do solo, diminuindo os problemas de erosão, mantendo-se a fertilidade da terra e fazendo com que a cana colhida apresente menos terra agregada aos colmos.

E é deste fato que advêm as vantagens conseguidas no processamento industrial do produto, que beneficiam especificamente os usineiros. A cana, chegando à usina com menor quantidade de impurezas, proporciona diminuição sensível nos custos industriais, pois evita o pagamento das impurezas como se fossem matérias-primas, diminui os dispêndios com o processo de lavagem da cana, aumenta a durabilidade dos equipamentos e torna mais eficiente o processo de transformação da cana em açúcar e álcool.

Para se ter uma idéia dos prejuízos que causam as impurezas para as usinas, pode-se considerar alguns dados obtidos no trabalho

de MONTEIRO *et alii* (1983).¹ A partir do estudo desses autores, para uma usina da região de Piracicaba, pode-se estimar que as impurezas ou matérias estranhas representavam 3,8% do total de toneladas de cana "moída" pela usina em 1982, sendo que essa porcentagem era paga como se fosse matéria-prima. Além disso, a cana com altos teores de terra obriga a usina a realizar a lavagem do produto antes de seu beneficiamento, o que representa um gasto extra, bem como uma redução do teor de sacarose da cana. A lavagem implica pesados investimentos em transporte da matéria estranha retirada e na construção de tanques e lagos de decantação, os quais ocupam uma área útil de 60 ha na usina estudada.

E outras desvantagens da existência de matéria estranha na cana podem ser citadas, como o desgaste por absorção dos abrasivos nos equipamentos, especialmente das moendas, que têm o seu período de vida útil encurtado; a redução da eficiência das caldeiras; dificuldades na decantação do caldo, com conseqüências negativas para a qualidade do açúcar; dificuldades graves na fabricação do álcool, com a queda do rendimento fermentativo; entupimento e desgaste dos bicos das turbinas e incrustação nas colunas.

Por aí se percebe a decisão dos usineiros de tomarem a iniciativa de alterar o sistema de corte de cana, de forma a conseguir um produto mais limpo na usina e, por conseqüência, diminuir seus custos operacionais e despesas com reposição de equipamentos.

Enquanto os usineiros conseguem obter os dois grupos de benefícios anteriormente descritos (os agrícolas e os industriais), os fornecedores só são beneficiados pelas melhorias verificadas na atividade agrícola, o que talvez não fosse suficiente para os estimular a adotar o novo método de corte. Mas as usinas passaram a contar com um forte instrumental para induzir os fornecedores nesse sentido, qual seja a instituição na safra de 1983 do pagamento da cana pelo teor de sacarose, e não mais pelo seu peso. Dessa forma, penaliza-se o fornecedor que não entregar matéria-prima dentro de determinados padrões de qualidade e limpeza.

Como se viu, o novo sistema traz reais e inegáveis ganhos aos usineiros e também à economia do país, na medida em que poupa combustível e eleva a produtividade do trabalho.

Até aí tudo bem. Mas a questão não se deve reduzir, como querem os empresários, à simples melhoria do processo produtivo do açúcar e do álcool e às economias daí advindas. Deve-se refletir so-

1 MONTEIRO, H. *et alii*. "Matéria estranha": custos e técnicas de sua diminuição na colheita. *Álcool e Açúcar*. Ano 2, nº 6, 1983, pp. 20-26.

bre a maneira como essa medida afeta os trabalhadores; se estes se beneficiam ou são prejudicados em seus rendimentos.

3 — AS IMPLICAÇÕES SOBRE O TRABALHO

O primeiro aspecto a ser colocado é que essa inovação no sistema de corte da cana não significa necessariamente, em termos absolutos, uma diminuição na massa salarial despendida pelas usinas e fornecedores, já que a cana colhida é paga por produção. Por exemplo, o preço da tonelada cortada² em 1983 aumentou em 135% (de Cr\$ 170,00 para Cr\$ 400,00) em relação à safra anterior — portanto, acima da taxa da inflação do período, de cerca de 110% —, de maneira que a massa salarial pode inclusive ter aumentado.

Em que pese, eventualmente, à massa de salário ter aumentado em termos absolutos, isto não significa que as usinas diminuam seus níveis de lucro. Isto porque o corte de 7 ruas, além de implicar economias de materiais e operações, aumenta o rendimento agrícola e industrial do produto, fato que certamente compensa o acréscimo na massa salarial. Desta maneira, a participação porcentual dos salários nos ganhos das usinas pode inclusive ter diminuído, entre 1982 e 1983.

Tendo o trabalhador que se deslocar mais lateralmente e apresentar maiores cuidados na deposição do produto na rua central, logicamente o seu rendimento diário cai. E uma indicação indireta da queda do rendimento individual do trabalhador foi o “generoso” aumento de 135% no preço da tonelada de cana cortada, entre 1982 e 1983. Outro indicador da queda da produtividade do trabalhador foram as afirmações de usineiros dizendo que o novo sistema iria propiciar dois mil novos empregos nas usinas da região³. Ora, se se torna necessária a contratação de mais trabalhadores, fica evidente que os que anteriormente já trabalhavam no corte da cana não mais estão “dando conta” do serviço, tendo mesmo que ter seus ganhos por tonelada cortada aumentados acima da inflação para manter o consumo mínimo de subsistência.

Na realidade, o trabalhador não recebe diretamente em termos de toneladas, mas sim em metros de cana cortada. Para tal é feita

2 Na verdade a designação correta seria o preço do corte de uma tonelada de cana, e é nesse sentido que é usada a expressão no texto.

3 Esta afirmação supunha que os novos empregos fossem decorrentes da instituição do novo sistema de corte, e não de outros fatores, como o aumento da produção na safra de 1983.

uma conversão tonelada/metro por parte da usina, a qual varia de acordo com as condições da cultura. Aqui surgem duas fontes de constantes dúvidas por parte do trabalhador, que alega fraude na medição do número de metros cortados de cana, bem como na transformação desse valor no total de toneladas colhidas, insistindo sempre que são lesados neste processo.

Com o corte de 7 ruas o trabalhador desloca-se mais lateralmente e diminui a distância percorrida para a frente, ou seja, corta menos metros de cana. Isto, em si mesmo, não significa necessariamente que o trabalhador tenha seu ganho diário diminuído, posto que basta avaliar o metro cortado nas 7 ruas em 40% a mais do que o nas 5 ruas, para compensar este acréscimo de 2 ruas cortadas a mais. É importante frisar, entretanto, que esta conversão simples (40% a mais nas 7 ruas) supõe que o trabalhador tenha condições de cortar a mesma quantidade de cana, em termos de peso, nos dois sistemas de corte, ou seja, pressupõe que a resistência física do trabalhador não caia à medida que ele se desloca mais lateralmente e atira ou carrega a cana cortada a uma leira mais distante.

Mas será que o rendimento do trabalhador, em termos de toneladas cortadas, permanece o mesmo nos dois sistemas? E, se permanecer o mesmo, será que isto não é só conseguido com aumento do desgaste físico do trabalhador no corte das 7 ruas?

Tem-se conhecimento, através de relatórios sobre experiências com o novo sistema de corte de cana realizadas por usinas da região de Ribeirão Preto, de que foi comparado o sistema de corte com 7 ruas com o de 5 ruas por três usinas da região, aqui denominadas A, B e C, as quais obtiveram diferentes resultados no rendimento/trabalhador, dependendo da remuneração oferecida.

A usina A, além dos 40% compensatórios, institui um ágio de 20% para cana cortada de 7 ruas. Desta maneira os trabalhadores conseguiram uma produção de 3,45 toneladas de cana, em 5 horas de trabalho, cortando em 5 ruas e enleirando na forma de "bandeiras", enquanto que com 7 ruas, também fazendo "bandeiras", a produção aumentou para 3,75 toneladas no mesmo período de tempo, ou seja, 8,6% de acréscimo.⁴

Na usina B, também foi instituído um ágio, só que de 7,5%. Desta maneira, no corte de 7 ruas "esteirado" (leira contínua) a pro-

⁴ Esses 8,6% de aumento devem ser vistos com algum cuidado, posto que talhão cortado sob 5 ruas o rendimento cultural era de 107 toneladas/ha, enquanto que no de 7 ruas era de 115 toneladas/ha, 7,5% a mais.

dução foi de 4,73 toneladas, enquanto que no sistema de 5 ruas com "bandeiras" a produção foi de 4,77 toneladas, ou seja, praticamente não houve diferença na produção.⁵ Nesta usina, nas duas áreas de corte, o rendimento cultural da cana era de 160 toneladas/ha.

Já na usina C, onde não houve a instituição de nenhum ágio, os resultados de rendimento por trabalhador foram de 4,56 toneladas/dia no corte de 7 ruas com "bandeiras" e de 5,87 toneladas/dia no corte de 5 ruas também com "bandeiras", em áreas com rendimento cultural de 80 toneladas/ha. Isto revela que houve uma redução de 22% no rendimento por trabalhador com a passagem do corte de 5 para 7 ruas.

Essas informações permitem verificar que em condições normais de remuneração (sem o pagamento do ágio) os cortadores não se sentem dispostos a se submeter a um maior desgaste físico para conseguir manter ou até mesmo ter pequeno acréscimo na sua produção.

Os relatos dos trabalhadores que efetivamente (não a nível experimental) trabalharam no novo sistema demonstram que há uma redução no rendimento diário da cana cortada. Um exemplo bastante citado pelos trabalhadores dá conta de que na safra de 1982 eles conseguiram cortar 150 metros de cana por dia, enquanto na safra de 1983 eles passaram a cortar 90 metros. Transformando esses valores em peso — considerando-se que 1 metro de uma linha de cana pese 15 kg —, vê-se que os 150 metros correspondem a 11,25 toneladas no sistema de 5 ruas, enquanto que os 90 metros, no sistema de 7 ruas, correspondem a 9,45 toneladas. Os números revelam a ocorrência de uma queda de 16% no rendimento do trabalhador.

Outros relatos dão conta de que existe uma perda de rendimento de 8 para 6 toneladas quando se passa de 5 para 7 ruas, ou seja, 25% de queda no rendimento do cortador.

Considerando-se uma queda de rendimento do trabalhador de 20%, em termos médios, e sabendo-se que o preço da tonelada cortada passou de Cr\$ 170,00 para Cr\$ 400,00, pode-se estimar o que aconteceu, na realidade, com a diária do trabalhador, do ano de 1982 para 1983.

Se um cortador cortava 10 toneladas na safra de 1982, seu ganho diário era de Cr\$ 1.700,00. Seu rendimento diminuindo para

⁵ Aqui deve-se atentar para o fato de que o rendimento do trabalhador só foi mantido nas 7 ruas, posto que o sistema de enleiramento, a nível experimental, foi facilitado.

8 toneladas, seu ganho diário passa a Cr\$ 3.200,00, ou seja, 88% a mais do que no ano de 1982. Considerando que a inflação no período foi de 110%, observa-se que os trabalhadores não conseguiram sequer repor o poder de compra do ano anterior, apesar do preço do corte de uma tonelada de cana ter aumentado em 135%.

Interessante salientar também que o cortador de cana, sempre malnutrido, aumenta seu ritmo de trabalho e diminui seus horários de almoço e café para tentar manter sua diária. Daí advém o aumento do desgaste físico, que provoca elevação do número de acidentes de trabalho e deterioração na capacidade física dos trabalhadores.

As mulheres, os menores e os cortadores mais velhos e fracos têm sua situação mais agravada, porque as duas linhas a mais fazem com que o cortador, praticamente, tenha que carregar a cana até a leira, pois fica difícil atirá-la e conseguir com que fique bem amontoadada, de forma a facilitar o processo de carregamento. Isso provoca cansaço e consome energia extra de quem não a tem em excesso.

Até agora supôs-se que o preço do corte da tonelada cortada foi pago, em 1983, 135%, acima do preço do ano de 1982. Entretanto, como já se ressaltou anteriormente, a conversão metros cortados em toneladas é feita por técnicos das usinas, sem controle algum dos trabalhadores. E o que se tem observado na prática é que as estimativas de rendimento cultural apresentadas pelos técnicos situam-se, no mais das vezes, abaixo da real produção da área. Isso faz com que, na verdade, se reduza injustamente o ganho do trabalhador, pois sua produção diária é subestimada. Essa redução, na visão de um empregado de mão-de-obra entrevistado, chega a ser de 20 a 25%, sendo que para ele esse é o verdadeiro problema que enfrentam os cortadores de cana, e não a simples mudança no método de corte. Na sua opinião, a solução é pagar bem e honestamente os cortadores.

Outro fato que se deve considerar é que a situação do trabalhador fica agravada quando se considera a intermediação da mão-de-obra, pois, como é notório, nem todos são empregados vinculados diretamente ao empregador-produtor. Desta maneira, do preço estipulado pela tonelada o cortador recebe apenas uma parcela, ficando boa parte de seu ganho para os empreiteiros e subempreiteiros de mão-de-obra.

De tudo isso, pode-se inferir que a instituição do corte de 7 ruas, com as suas conseqüências danosas ao trabalhador, se encaixa em um universo mais amplo de exploração em que vive o trabalhador da cana-de-açúcar e onde também despontam outros fatos,

como o roubo na conversão toneladas/metros e o processo de intermediação de mão-de-obra, para citar apenas mais dois exemplos.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transformação no sistema de corte de cana de 5 para 7 ruas, como se procurou demonstrar, contribui para o aumento dos ganhos e da acumulação por parte do empresariado. Entretanto, é a mão-de-obra que viabiliza o processo e por isso deveria receber sua compensação. É de se perguntar: por que não se transfere para o trabalhador parte dos grandes benefícios que advêm do novo sistema de corte de cana e que são tão alardeados pelos seus beneficiários?

Na verdade seria ingênuo supor que os empresários tivessem a “boa vontade” de realizar alguma coisa neste sentido. O que se observou foi que, de cima para baixo, as usinas organizadamente impuseram a mudança para 7 ruas, sem levar em conta os anseios e as necessidades da classe trabalhadora. Não se preocuparam com as conseqüências aos trabalhadores; chegaram mesmo a divulgar, contrariando todas as evidências, que o novo sistema de corte por 7 ruas aumentava o rendimento do trabalhador.

Por seu lado, os trabalhadores reagiram a esta medida, que representa queda em seus rendimentos diários e aumento no desgaste físico. Já na safra de 1983 essa reação se efetivou, especialmente junto aos fornecedores de cana, sendo raro o caso em que estes últimos conseguiram sustentar as 7 ruas diante da pressão dos trabalhadores. De maneira geral, somente as usinas mantiveram a nova sistemática de corte na safra de 1983, embora o conflito com os trabalhadores se mostrasse cada vez mais tenso.

A tensão veio explodir no início da safra de cana de 1984, tendo como foco principal a cidade de Guariba (SP), com os trabalhadores parando o corte da cana e realizando saques e depredações na cidade. Reagiam assim os trabalhadores às condições precárias a que estão submetidos e nas quais o corte de 7 ruas é mais um agravante.

O movimento de Guariba, que tendeu a se expandir por outras cidades da região, revelou a força dos trabalhadores e mostrou um poder de mobilização, até o momento inesperado, dos cortadores de cana. Os empresários foram obrigados a repensar suas relações com os trabalhadores e a estabelecer um acordo com eles. Deste acordo, uma das principais conquistas dos trabalhadores foi a volta do sistema de corte de cana por 5 ruas.

Talvez da próxima vez que se tentar modificações no corte de cana os empresários não mais tomem medidas autoritárias, mas procurem entrar em acordo com os trabalhadores (fortalecidos a partir de Guariba), procurando dividir com os mesmos os benefícios que a alteração do corte propicia.

RESUMO

Este texto trata da alteração ocorrida na lavoura canavieira da região de Ribeirão Preto, quando as usinas mudaram o sistema de corte de cana de 5 para 7 ruas, e que foi o fato principal da revolta dos bóia-frias da região em maio último.

Os autores explicam os dois sistemas de corte demonstrando as suas implicações para os fazendeiros e trabalhadores.

ABSTRACT

This paper is concerned with the transformations that took place in the sugar-cane plantations of the Ribeirão Preto region, after the changes where the principal factor of seasonal workers ("bóia-fria") strike last May.

The authors explain the system and its implications for the land owners and for the workers.

RÉSUMÉ

Ce texte parle des transformations qui ont eu lieu dans la région de canne-à-sucre à Ribeirão Preto, au moment où les usines ont changé le système de payement des travailleurs saisonniers ("bóia-fria"), ce qui a provoqué une révolte en mai dernier.

Les auteurs expliquent les systèmes de payement et ses implications pour les travailleurs agricoles.
